

ARQUIVOS PESSOAIS DE CASAIS: reflexões sobre sua classificação a partir do acervo do Arquivo IEB - USP

Elisabete Marin Ribas¹
elisabete.ribas@usp.br

Resumo

A presente comunicação expõe reflexões que se encontram em pesquisa, em fase de desenvolvimento, envolvendo a análise de métodos de classificação de *arquivos de casais*. A pesquisa buscará: (i) levantar dados sobre protocolos de organização de arquivos pessoais de casais até então praticados na instituição de custódia; (ii) propor a elaboração de uma metodologia de tratamento de arquivos de casais à luz da teoria arquivística, tendo como apoio o *princípio de proveniência*; (iii) problematizar as políticas da incorporação de acervos de casais de intelectuais em instituições oficiais de guarda de arquivos pessoais. Toma-se como estudo de caso o acervo sob a guarda do Serviço de Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB – USP), composto, atualmente, por arquivos de cinco casais: João Guimarães Rosa e Aracy de Carvalho Guimarães Rosa; Osman Lins e Julieta de Godoy Ladeira; Lídia Besouchet e Newton Freitas; Emilie Chamie e Mário Chamie; e Antonio Candido e Gilda de Mello e Souza. Até o presente momento, aplicou-se o tratamento documental individualizado aos conjuntos. Em outras palavras: para casais como o caso de Lídia Besouchet e Newton Freitas, há o fundo Lídia Besouchet e há o fundo Newton Freitas, aos invés de haver um único conjunto classificado de fundo Lídia Besouchet e Newton Freitas, mesmo que, ao que tudo indica, eles tenham sido incorporados ao mesmo tempo, ao acervo do IEB. A pesquisa buscará avaliar o tratamento documental conduzido até hoje, buscando chamar atenção para possíveis interferências e incorreções que a individualização dos arquivos de casais pode suscitar, tanto em relação às questões técnicas e ao respeito à disciplina da arquivologia, quanto a possíveis imprecisões de pesquisa, em decorrência de uma separação equivocada, especialmente quando consideramos a elaboração de instrumentos de pesquisa. O que apresentaremos aqui tratam-se de dados iniciais, a partir, por exemplo das datas da incorporação dos arquivos, e se isso, bem como algumas diretrizes da política de recepção de acervos da instituição, podem interferir no protocolo de classificação e tratamento dos fundos analisados.

¹ PPGCI – UNESP, Marília / SP, Brasil; IEB / USP, São Paulo / SP, Brasil.

Palavras-chave: Arquivos pessoais; Arquivos de casais; Princípio de proveniência; Classificação e Arranjo; Políticas de acervos.

1. INTRODUÇÃO

A presente comunicação parte do espaço de trabalho da autora, que, desde 2009, compõe a equipe técnica do Serviço de Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP). Dentre os conjuntos sob a guarda do Serviço de Arquivo do IEB – USP, encontram-se os arquivos pessoais de intelectuais e artistas brasileiros. O primeiro a chegar ao Instituto foi o de Mário de Andrade¹, em 1968, e, desde então, o IEB não mais deixou de receber fundos pessoais.

Às vésperas de completar seus 60 anos de existência, o IEB conta com cerca de 40 arquivos pessoais incorporados² ao seu acervo, dos quais 10 deles são de casais. São eles: João Guimarães Rosa e Aracy de Carvalho Guimarães Rosa; Osman Lins e Julieta de Godoy Ladeira; Lídia Besouchet e Newton Freitas; Emilie Chamie e Mário Chamie; e Antonio Candido e Gilda de Mello e Souza. Trata-se de um número considerável, mas é sabido que essa presença se deu mais por uma coincidência do que por uma política ativa de incorporação de acervos com tais características, e isso será mais bem apresentado adiante. A gênese da presente pesquisa se dá quando, a partir de 2009, a autora passou a fazer parte da equipe técnica do IEB – USP e pôde acompanhar as incorporações e tratamentos dos arquivos pessoais de Emilie e Mário Chamie e de Gilda de Mello e Souza e Antonio Candido. Nesse processo fez-se manifesta a questão da metodologia de processamento técnico a ser aplicada. A principal indagação a ser aqui considerada diz respeito a se os pares de arquivos em pauta deveriam ser organizados de forma individualizada, como dois fundos, ou como um fundo único. Na busca por possíveis respostas, a seguir, passaremos a apresentar alguns dados para início de análise sobre os arquivos pessoais de casais, pertencentes ao Arquivo IEB – USP.

2. OS ARQUIVOS DE CASAIS NO ARQUIVO IEB – USP

Buscando dados que nos ajudassem a detectar tanto os métodos de processamento técnico aplicados, quanto os motivos da presença dos 10 arquivos de intelectuais que se caracterizam como arquivos de casais, levantou-se a partir dos processos USP³ e dos guias publicados até então pelo IEB⁴, datas e outras informações que balizassem a nossa análise. Elas são aqui estruturadas na *Tabela 1*, ordenados pelos casais a partir das datas de entrada de seus arquivos na instituição:

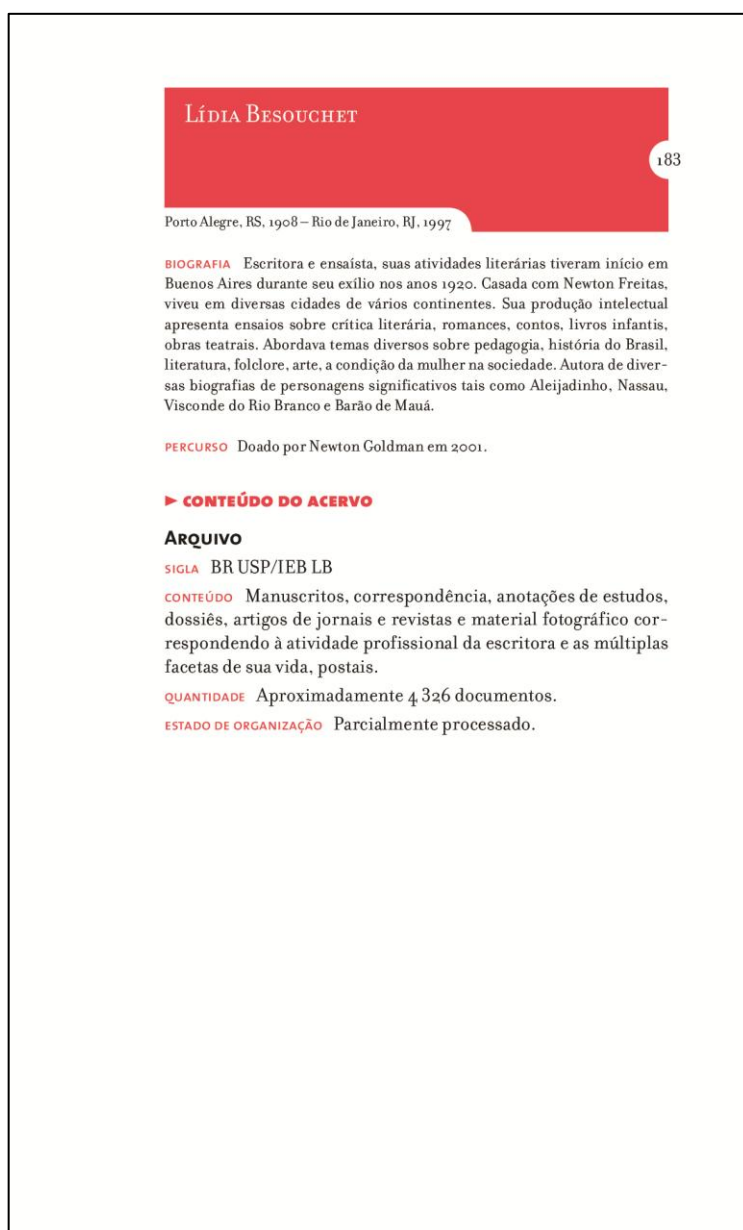
Tabela 1 – Os arquivos de casais presentes no acervo do Arquivo IEB – USP.

	Fundo	Data de incorporação	Documento de referência:	Modalidade de incorporação
Casal	João Guimarães Rosa	1973	Processo USP número 72.1.35794.1.5	Compra
	Aracy de Carvalho Guimarães Rosa	2003	Processo USP número 2003.1.188.31.4	Doação
Casal	Osman Lins	1996/97	Processo USP número 2010.1.407.31.5	Doação
	Julieta de Godoy Ladeira	1997	Processo USP número	Doação
Casal	Lídia Besouchet	2001	Processo USP número 11.1.42.31.8	Doação
	Newton Freitas	[2001]	Processo USP número 2002.1.203.31.2	Doação
Casal	Mário Chamie	2012	Processo USP número 12.1.00093.31.2	Doação
	Emilie Chamie	2012 / 2014	Processo USP número 2014.1.00133.31.6	Doação
Casal	Gilda de Mello e Souza	2017	Processo USP número 17.1.00277.31.0	Doação
	Antonio Candido			

Fonte: autoria própria, a partir de pesquisa em 2020/ 2021.

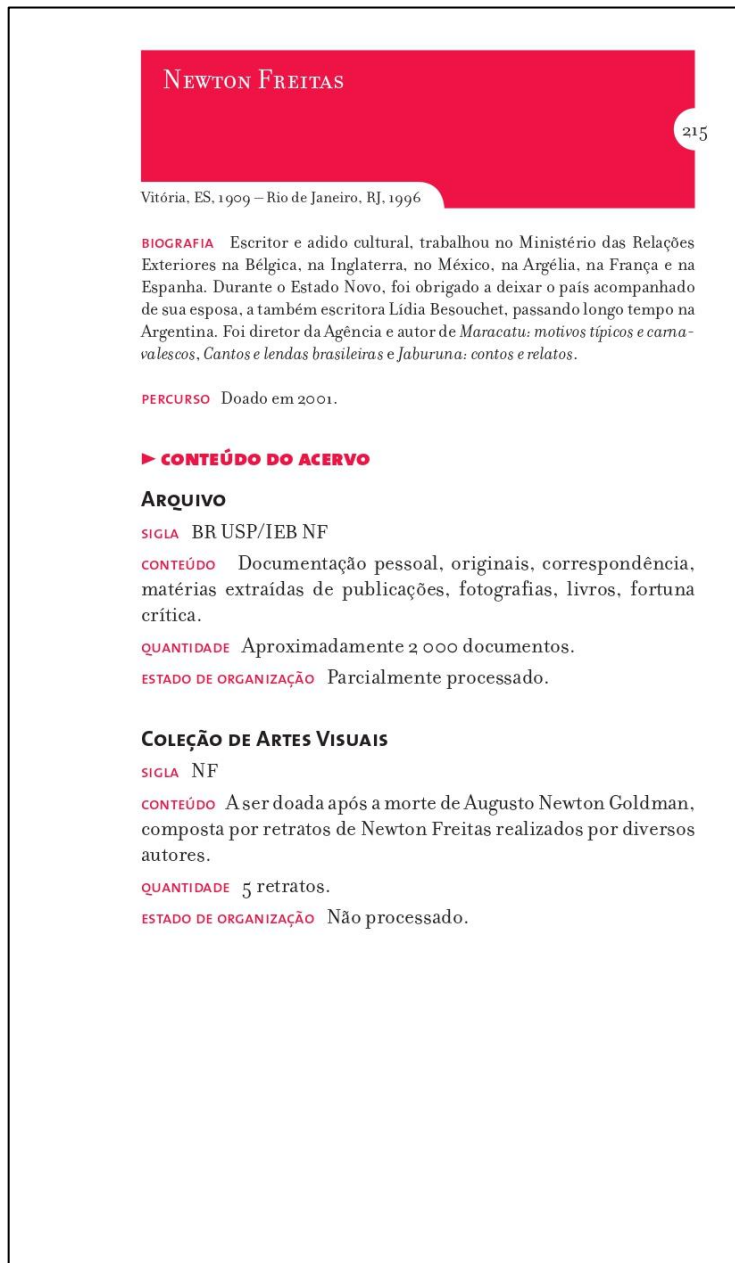
Pelos dados da *Tabela 1*, percebe-se que dos três casais incorporados antes de 2009, data em que, como dito, a autora passa a fazer parte da equipe técnica do IEB, apenas os fundos de Lídia Besouchet e Newton Freitas são entregues conjuntamente ao IEB, embora, ao final, tenham sido tratados de maneira separada. No *Guia do IEB*, de 2010, eles são apresentados de forma individualizada, conforme vemos em *Imagem 1* e *Imagem 2*, retiradas da publicação.

Imagem 1 – Apresentação do Fundo Lídia Besouchet no *Guia do IEB* de 2010.



Fonte: (LANNA, 2010, p. 183)

Imagem 2 – Apresentação do Fundo Newton Freitas no *Guia do IEB* de 2010.



Fonte: (LANNA, 2010, p. 215)

Aponta-se que, em virtude de empecilhos causados pela pandemia de covid-19, a presente pesquisa só teve, por enquanto, acesso ao processo USP referente à incorporação do fundo Lúcia Besouchet e por isso a indicação da data de incorporação do fundo Newton Freitas é presumida. Ainda em relação à incorporação dos arquivos

do casal, explica-se que, apesar de os documentos que registram a incorporação do arquivo de Lúcia indicarem a precisa data de 20/04/2001, o processo de incorporação foi aberto apenas em 2011, quando o IEB realizou uma força-tarefa⁵ para a regularização e oficialização de termos de incorporação de todos os conjuntos documentais sob a sua guarda, resultando na abertura dos processos USP, que são os protocolos oficiais para a gestão documental na Universidade de São Paulo. Daí a razão da diferença de datas entre a entrada do acervo, em 2001, e a abertura do processo, em 2011.

Os arquivos entregues de forma separada à instituição remetem a dois casais: João Guimarães Rosa e Aracy de Carvalho Guimarães Rosa; Osman Lins e Julieta de Godoy Ladeira.

O arquivo pessoal de João Guimarães Rosa é vendido à Universidade de São Paulo em 1972 e incorporado ao acervo do Instituto em 1973⁶; o arquivo de Aracy de Carvalho Guimarães Rosa só será incorporado ao IEB 30 anos depois, em 2003, o que torna compreensível o tratamento separado, apesar de ser perceptível, a partir do quadro de arranjo do fundo de Aracy, que há intersecções entre os dois fundos.

Imagem 3 – Quadro de Arranjo do Fundo Aracy de Carvalho Guimarães Rosa.

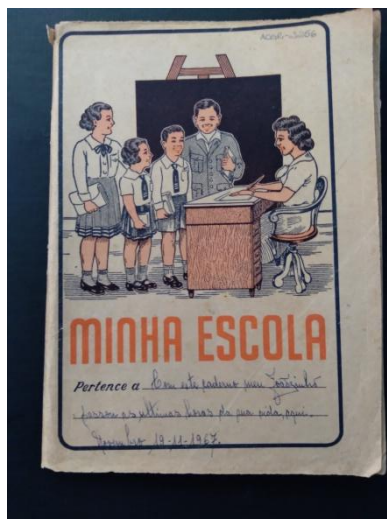
Catálogo Eletrônico (Início) > Arquivo > Fundos > Aracy de Carvalho Guimarães Rosa		Voltar
Grupos		
Número de agrupamentos encontrados: 7		Listar todos os itens
Listando agrupamentos de 1 a 7		
Carreira Profissional (24 documentos)		
Correspondência (3082 documentos)		
Fotografias (11 documentos)		
Identidade Civil (22 documentos)		
João Guimarães Rosa (1123 documentos)		
Relações Sociais (360 documentos)		
Vida Doméstica e Familiar (1350 documentos)		

Fonte: Catálogo on-line IEB, disponível em:

http://200.144.255.59/catalogo_eletronico/consultaUnidadesLogicas.asp?Tipo_Unidade_Logica_Codigo=8&Setor_Codigo=1&Acervo_Codigo=4

No caso de Aracy, vale a pena destacar que esta, sobrevivendo ao marido que morre no ano de 1967, entrega o arquivo do escritor à USP, em 1973, mas mantém consigo itens como cadernos de estudo do esposo. Esse é o caso, por exemplo, do documento ACGR-2256, que pertenceu a Guimarães Rosa, mas ganha uma anotação da esposa, que diz: “Com este caderno meu Joãozinho passou as últimas horas da sua vida aqui. Novembro 19-11-1967.”⁷

Imagem 4 – Caderno de João Guimarães Rosa presente no Fundo Aracy de Carvalho Guimarães Rosa.



Fonte: Arquivo IEB – USP, Fundo Aracy de Carvalho Guimarães Rosa, código de referência: ACGR-2256.

O mesmo irá acontecer com o casal Osman Lins e Julieta de Godoy Ladeira⁸. Osman Lins morre em 1978. Em 1985, Julieta doa parte da documentação do seu marido para o Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (VASCONCELLOS; XAVIER, 2012, p. 161). Outra parcela da doação será para o IEB, feita apenas em 1996, um ano antes de seu falecimento e da chegada ao seu acervo ao Instituto, em 1997. Assim como Aracy, Julieta manteve consigo itens documentais produzidos pelo marido, seja para a gestão da sua obra, seja para preservar recordações de seu companheiro. Esses itens hoje integram o fundo Julieta de Godoy Ladeira e

alimentam pesquisas sobre a vida e obra do escritor pernambucano⁹, como um adendo ao arquivo pessoal do seu titular.

Os dois últimos casais aqui apresentados – Aracy de Carvalho Guimarães Rosa e João Guimarães Rosa; Julieta de Godoy Ladeira e Osman Lins – demonstram que, mesmo quando entregues ao IEB em períodos temporais diferentes, os acervos dialogam e ousamos dizer, guardam interseções. Em particular, no caso das esposas que sobreviveram aos maridos, elas guardam consigo um número considerável de documentos de variadas tipologias de autoria de seus respectivos esposos, e que permanecerão em seus arquivos pessoais.

Esse mesmo movimento é detectado no arquivo pessoal de Antonio Candido, que sobrevive à esposa, e faz as vezes de guardião dos documentos de Gilda de Mello e Souza¹⁰. No caso de Antonio Candido, a doação dos acervos se dá conjuntamente em 2017, apenas após a sua morte. Ou seja, ele mantém consigo, em sua integralidade, o arquivo pessoal de Gilda, até a data de seu falecimento. Em depoimentos coletados com membros da família, a autora soube da preocupação de Antonio Candido em relação ao legado documental da esposa. Isso reflete-se, inclusive, no termo de doação do acervo. Recorrendo-se novamente aos dados da *Tabela 1*, podemos perceber que, de todos os arquivos de casais doados ao IEB, o único que terá um instrumento legal de doação unificado é o de Gilda e Antonio Candido, registrado em um único processo USP. Em análise pormenorizada, no conteúdo do processo USP de número 17.1.00277.31.0, detecta-se que a proposta de doação é única, mas o IEB prepara dois contratos de doações individualizados para a coleta de assinaturas, ou seja, há um termo de doação em relação ao arquivo pessoal de Gilda de Mello e Souza e há um termo em relação ao arquivo pessoal de Antonio Candido.

Mesmo esta pesquisa estando ainda na sua fase inicial, os dados até aqui apresentados nos permitem lançar mão dos princípios arquivísticos como pedras mestras para refletirmos sobre o tratamento a ser dados aos arquivos de casais. E um dos princípios que nos é caro e tem nos ajudado a basilar nossas reflexões é o *princípio da proveniência*.

Nunca é demais recorrer ao clássico texto de Ana Maria Camargo, que, desde o seu título, nos lembra que “arquivos pessoais são arquivos”, muito embora “os documentos acumulados por indivíduos ao longo de sua existência nem sempre são tratados de modo coerente com a teoria arquivística, depois que ingressam em entidades de custódia” (CAMARGO, 2009, p. 28).

Mas é preciso fazer um esforço. As instituições de guarda precisam, cada vez mais, pautar-se por processos técnicos e balizados. Isso nos leva a reforçar que o tratamento aos arquivos pessoais de casais e as decisões das equipes técnicas devem sempre estar pavimentados pela teoria. A presente pesquisa não pretende se subtrair disso, e, tentando manter-se coerente à sua proposta, lança mão das palavras de Heloísa Liberalli Bellotto, que nos orienta quanto ao significado do respeito ao princípio de proveniência:

Princípio da proveniência: fixa a identidade do documento relativamente a seu produtor. Por esse princípio, os arquivos devem ser organizados, obedecendo à competência e às atividades da instituição ou pessoa legitimamente responsável por sua produção, acumulação ou guarda de documentos. **Arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter a individualidade, dentro de seu contexto orgânico de produção, não devendo ser mesclado, no Arquivo, a outros de origem distinta.** (BELLOTTO, 2006, p 88, grifos da autora).

Apesar da clareza com que o princípio se apresenta, algumas questões sobressaem a partir da prática e dos casos até aqui elencados: seria função das instituições de custódia ousar reordenar os documentos de casais, quando for identificado que um dos titulares procurou “organizar” o arquivo do esposo ou da esposa? Como respeitar a “individualidade, dentro de seu contexto orgânico de produção” compartilhada por dois intelectuais que compartilharam uma vida e, conseqüentemente, seus documentos? Julieta, ao doar o acervo do marido para duas instituições diferentes, ainda guarda consigo itens de autoria do marido para fazer a manutenção da obra que permanece sendo publicada, ou, ainda, buscando publicar inéditos que Osman não conseguiu publicar em vida. O deslocamento de documentos do fundo do marido para o seu próprio arquivo pessoal nos indica o quê? E o caderno de Guimarães Rosa com anotação de Aracy? Ou ainda: as fotografias das filhas do

casal Gilda e Antonio Candido devem estar descritas e localizadas em qual dos fundos?

As questões são muitas e foram acumuladas pela autora durante seu dia-a-dia de trabalho. Mas não apenas questões técnicas foram dando margem a dilemas. Há outras dimensões de análise que, apesar de não serem o foco prioritário desta pesquisa, saltaram-no aos olhos. A seguir, passaremos a apresentar breves considerações sobre os protocolos de políticas de acervo aplicados aos arquivos de casais, mas, sobretudo, aos arquivos pessoais sob a guarda do IEB - USP.

3. A POLÍTICA DE INCORPORAÇÃO DE ACERVOS DO IEB - USP

Ainda tendo como base a *Tabela 1*, é preciso fazer alguns comentários que nos parecem importantes. Até o presente momento, os arquivos dos casais analisados são compostos por fundos pessoais de homens e mulheres cisgênero. Quando são consideradas questões étnico-raciais, detecta-se que todos são brancos. Do presente levantamento, apenas o arquivo de um homem foi comprado. Em relação aos arquivos que foram incorporados em tempos distintos, tanto o arquivo de Julieta de Godoy Ladeira quanto o de Aracy de Carvalho Guimarães Rosa foram recebidos, dentre outros argumentos, em razão de seu caráter complementar aos arquivos de seus esposos¹¹.

Em relação a este último ponto, é importante assinalar que, se nos atermos aos atuais critérios para a incorporação de acervos ao IEB, no que tange às diretrizes que orientam a elaboração de pareceres técnico-acadêmicos para a avaliação da pertinência (ou não) da incorporação de novos acervos ao Instituto, os pontos 2 e 4 reforçam a necessidade de expressão clara de seu caráter complementar. Reproduzimos aqui, na íntegra, as diretrizes citadas:

(...)

2 Complementariedade e/ ou interface com acervos pré-existentes;

(...)

4 Superposição ou acréscimo qualificado em relação a acervos existentes;
(LANNA, 2010, p. 34)

Ao mesmo tempo em que lançamos mão de tais diretrizes, é preciso lembrar que os acervos foram incorporados nos anos de 1997 e 2003, quando a atual política de acervos não tinha sido publicada.

Em outras palavras, o que a presente pesquisa muitas vezes vem questionar é: estariam tais mulheres presentes no panteão de acervos notórios que o IEB coleciona, se não fossem os seus maridos?

Vale ressaltar que, assim como o acervo do Instituto expandiu de forma significativa nos últimos anos, a ampliação de suas áreas de pesquisa também vem crescendo, e ousamos dizer, atualizando-se. Assim, pesquisadores da Instituição e seu corpo técnico tem se dedicado aos estudos, por exemplo, de diversidade de gênero e orientação sexual.¹² A política de acervos da instituição também tem sido pauta de reanálise, buscando atualização e diálogo com as pesquisas desenvolvidas na casa e com as pautas sociais. Espera-se que ela avance, assim como a presente pesquisa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lançando mão das datas de incorporação dos arquivos pessoais ao acervo do Instituto, pôde-se constatar que, alguns do que chamamos arquivos de casais foram acrescidos ao Arquivo IEB – USP em momentos distintos, outros foram doados no mesmo período. Em relação aos processos USP, documentos que registram a doação dos acervos, detecta-se que houve processos que atestam a doação dos arquivos pessoais, de forma individualizada, como foram os casos dos arquivos pessoais de João Guimarães Rosa e Aracy de Carvalho Guimarães Rosa, Osman Lins e Julieta de Godoy Ladeira. Nesses casos, atribui-se a questão de tempos distintos às propostas de entrega, seja à Universidade, seja ao IEB. Há processos, por sua vez, que foram abertos posteriormente à entrada dos arquivos na instituição, como ocorrem nos fundos Lídia Besouchet e Emilie Chamie. Nestes casos, os arquivos das esposas entraram concomitantemente aos de seus maridos, mas atribui-se a questões burocráticas de tentativa de regularização de seus acervos, os registros de forma individualizada e posteriores à data de incorporação. Há ainda o caso dos arquivos de Gilda de Mello e Souza e Antonio Candido que não seguiram o mesmo protocolo

descrito anteriormente, tendo sido aberto um único processo USP, apesar de em seu interior, os termos de doação serem documentos individualizados.

Em relação a análise dos argumentos que corroboram a incorporação de arquivos de mulheres, - como é o caso de Aracy de Carvalho Guimarães Rosa e Julieta de Godoy Ladeira – detectamos que a questão da complementaridade, em relação ao arquivo dos maridos já lotados na instituição, faz-se presente em ambas incorporações. Ao mesmo tempo, faz parte da atual política de acervos do IEB considerar a questão da complementaridade em relação a conjuntos documentais já presentes no Instituto.

É importante destacar que a pesquisa em desenvolvimento apresenta determinado ineditismo de tema, a tal ponto que até o momento, não localizou-se bibliografia que ampare as questões levantadas. A literatura sobre arquivos pessoais, apesar de vasta tanto no Brasil quanto no exterior¹³, é limitada à abordagem de tratamento individualizada dos conjuntos. Os chamados arquivos familiares apresentam metodologia diferente que não respondem nossa problemática de pesquisa¹⁴. Arquivos de casais como os tratados por Moraes (2011) ou ainda, as questões presentes em arquivos como o de Álvaro Moreyra, conforme apresenta Rouchou (2011), e Valdomiro Silveira¹⁵ como analisa Mendes (2020), abordam fundos que trazem, dentro de si, potenciais arquivos de suas esposas Eugênia Moreyra e Maria Isabel Silveira. Nesses últimos estudos citados, também são consideradas outras questões, a partir de outras perspectivas analíticas como, por exemplo, a literária e a sociológica.

Assim, diante do exposto, permanece a questão-chave: os arquivos pessoais de casais deveriam parar de ser organizados sozinhos? Estariam melhor representados juntos?

Apesar de ainda não termos a resposta definitiva para esta pergunta que orienta todos os demais desdobramentos da pesquisa, é preciso registrar que o presente texto foi escrito durante o primeiro ano da pandemia de covid – 19, quando muitos de nós, sozinhos em casa, percebemos a importância do outro, de estar com o outro, em presença e em diálogo. Questões muito semelhantes se dão nos arquivos de casais, que em muitos momentos representam uma vida com o outro, refletida em

documentos que dialogam com o outro. Que essa pesquisa possa avançar e ser finalizada em um momento onde já seja possível restabelecer o contato com esse outro. Enquanto isso não ocorre, fica o agradecimento a todos aqueles que, de alguma forma, mesmo sob o distanciamento social imposto, contribuem, dialogam e alimentam as reflexões aqui sumariamente expostas¹⁶.

A presente comunicação buscou apresentar questões parciais da pesquisa dedicada ao tratamento dos arquivos pessoais de casais, que se encontra em fase inicial. Devido a isso, ela está ainda envolta em mais questionamentos do que respostas, as quais buscarão ser respondidas nos próximos passos metodológicos e análises de dados, em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- A representatividade da mulher nos acervos do Arquivo Nacional. Notícia publicada no site do Arquivo Nacional, em 03/03/2021. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/assuntos/noticias/a-representatividade-da-mulher-nos-acervos>. Acesso em: 07, mar. 2021.
- AGUINAGALDE, F. Borja de. **Archivos de Familia y Archivos domésticos: treinta años de experiencias**. Realizada con motivo del Seminario organizado em 1 de junio de 2013 em su sede por *Fundação da Casa de Mateus*, “Os Arquivos Pessoais e Familiares. Da representação da informação ao acesso”, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/11334779/Archivos_de_Familia_y_Archivos_dom%C3%A9sticos_Treinta_a%C3%B1os_de_experiencias
- BASSO, Talita Gouvêa. A construção da imagem de mulheres a partir da organização dos seus arquivos pessoais. In: **Arquivos pessoais: experiências e perspectivas** [recurso eletrônico] / organização José Francisco Guelfi Campos; Associação de Arquivistas de São Paulo. – São Paulo: ARQ-SP, 2019, p. 32 – 49. Disponível em: <https://www.arqsp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/CAMPOS-2019-Arquivos-pessoais-experi%C3%aancias-e-perspectivas.pdf>
- BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, volume 45, fascículo 2 – jul. / dez. 2009, p. 26-39. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=1092>
-
- _____; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos**

- adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso.** São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.
- COX, Richard J. **Arquivos pessoais: um novo campo profissional: leituras, reflexões e reconsiderações.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.
- DUARTE, Renato Crivelli. **Arquivos pessoais: institucionalizações e trajetórias.** 2018. Tese de doutorado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP, da Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus de Marília. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/153526>
- DUCROT, Ariane. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, volume 11, número 21, 1998, p. 151 – 168. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2059>
- GOMES, Angela de Castro. Nas malhas do feitiço: O historiador e os encantos dos arquivos privados. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, volume 11, número 21, 1998, p. 151 – 168. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2059>
- HEYMANN, Luciana Quillet; TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle. **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- _____. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, volume 10, número 19, 1997, p. 41 – 66. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2041>
- _____. **O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro.** Rio de Janeiro: Contra Capa, FAPERJ, 2012.
- _____. ;
- LANNA, Ana Lúcia Duarte (org.). **Guia do IEB: o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros.** São Paulo: IEB, 2010.
- MEDEIROS, Luciane Simões. A presença - ou a ausência - feminina nos arquivos pessoais e coleções da Seção de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional. In: **Arquivos pessoais: fronteiras** [recurso eletrônico] / organização José Francisco Guelfi Campos; Associação de Arquivistas de São Paulo. – São Paulo: ARQ-SP, 2020, p. 375-395. Disponível em: <https://www.arqsp.org.br/wp-content/uploads/2021/02/CAMPOS-2020-Arquivos-pessoais-fronteiras.pdf>
- MENDES, Mariana Diniz. Diários de Maria Isabel Silveira: vestígio e inscrição de uma voz. **Revista do IEB**, número 77, 2020, p. 202-250. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/178834>
- MCKEMMISH, Sue. Evidence of me... . In: **The Australian Library Journal**, 1996, p. 174 – 187. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00049670.1996.10755757>
- MORAES, Fernanda de Azeredo. Pensando casais de intelectuais a partir de André e Dorine Gorz e Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. Anais Eletrônicos - XXVI Simpósio Nacional de História, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300853527_ARQUIVO_textoanpuh.pdf

- PAIXÃO, Fernando; GOUVEIA, Inês; GALVÃO, Luciana. Transver os estudos brasileiros: quem estuda quem e como? In: **Revista do IEB**, número 77, 2020, p. 13 - 17. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/issue/view/11736>
- Política de acervo da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV / CPDOC).** Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/cpdoc/POLITICA_DE_ACERVO_DA_ESCOLA_DE_Ciencias_sociais_da_fundacao_getulio_vargas.pdf
- RIBAS, Elisabete Marin. **Giz, caneta e pincel: Literatura e História da Arte nas aulas do professor Osman Lins.** 2012. Dissertação de mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária e Literatura Comparada da FFLCH – USP. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8151/tde-26062012-164222/pt-br.php>
- RIBAS, Elisabete; ESCOREL, Laura. Os arquivos pessoais de Gilda de Mello e Souza e Antonio Candido. In: **Revista do IEB**, número 76, 2020, p. 275-289. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/issue/view/11588>
- ROSSETTI, Marta Rossetti. (coord.) **ABC do IEB: Guia Geral do Acervo.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
- ROUCHOU, Joëlle. Álvaro Moreyra: um arquivo delicado. In: *Verbo de Minas*. Volume 11, número 19, 2011, p. 187 – 199. Disponível em: <https://seer.cesjf.br/index.php/verboDeMinas/article/view/356>
- SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti; ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Apresentação do Dossiê Mulheres, arquivos e memórias. In: **Revista do IEB**, número 71, 2018, p. 14 - 17. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/issue/view/10898>
- SOUZA, Juliana Amorim de. A memória dos imortais: a organização dos arquivos dos membros da Academia Brasileira de Letras. In: **Arquivos pessoais: fronteiras** [recurso eletrônico] / organização José Francisco Guelfi Campos; Associação de Arquivistas de São Paulo. – São Paulo: ARQ-SP, 2020, p. 221 - 244.
- VASCONCELLOS, Eliane; XAVIER, Laura Regina. (coord.) **Guia do acervo do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira.** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012.

Notas

1 Ver também: Processo USP número 67.1.107.31.8; (ROSSETTI, 1997, p. 77); (LANNA, 2010, p. 197).

2 Optamos por considerar os números do acervo, do início do ano de 2021, mas sem precisá-los, pois há questões que precisam ser revisitadas, como quais conjuntos realmente tratam-se de fundos e apresentam características sólidas que corroboram com tal classificação; quais conjuntos inicialmente classificados como fundo, são, na verdade, coleções; além disso, há fundos que foram aceitos em propostas de doação mas que ainda não foram efetivamente absorvidos à Instituição devido à pandemia de covid -19, que impõe dificuldades ao protocolo logístico de incorporação de acervos.

3 Conforme definição SAUSP, disponível em: <https://sites.usp.br/arquivogeral/wp-content/uploads/sites/39/2015/01/2008n09-SAUSP.DOC.pdf>, acessada em 06/03/2021, às 17h51.

4 Ver (ROSSETTI, 1997) e (LANNA, 2010).

5 Registra-se que nesse processo foi fundamental o papel de Maria Inês Bento, então secretária da direção do IEB – USP.

6 Importante análise desse protocolo de incorporação, bem como o de outros arquivos pessoais sob a guarda do IEB estão em (DUARTE, 2018).

7 Arquivo IEB – USP, Fundo Aracy de Carvalho Guimarães Rosa, código de referência: ACGR-2256.

8 Ver (DUARTE, 2018, p. 185).

9 Um exemplo disso é a dissertação de mestrado desta autora, que dentre outros documentos trabalhou com um conjunto de aulas preparadas e gravadas por Osman Lins em fitas k7, e que encontravam-se no arquivo de sua esposa, Julieta de Godoy Ladeira. Ver (RIBAS, 2012).

10 Ver (RIBAS; ESCOREL, 2020).

11 Renato Crivelli Duarte reforça isso, a partir da incorporação do arquivo de Julieta, em sua análise sobre a institucionalização de arquivos pessoais no Brasil: “O arquivo de Julieta de Godoy Ladeira vem complementar o arquivo do escritor Osman Lins”. (DUARTE, 2018, p. 188). Em pesquisas realizadas junto ao Arquivo Nacional, Renata Barbatho, por exemplo, apontou a mesma questão ao analisar a presença feminina junto aos Documentos escritos: “Em alguns casos, ressaltou ela, a decisão de receber tais documentos decorria eminentemente do fato de que se tratava da esposa de um homem de grande relevância no cenário nacional.” (Ver *A representatividade da mulher nos acervos do Arquivo Nacional*, de 03/03/2021).

12 Destacamos (SIMIONI; ELEUTÉRIO, 2018, p. 19-27); (PAIXÃO; GOUVEIA; GALVÃO, 2020, p. 13-17).

13 A lista é imensa. Por isso, elencamos apenas alguns nomes, a partir dos quais os interessados podem levantar outras referências. No Brasil, destaque para Ana Maria Camargo (2007) e (2009) já previamente citada; Luciana Heymann (1997), (2012) e (2013); Angela de Castro Gomes (1998). No exterior, destaque para Sue McKemmish (1996) e Richard J. Cox (2017), ambos atualmente com textos traduzidos e publicados no Brasil.

14 Segundo CAMARGO e GOULART (2007, p. 29), “[o] conceito de arquivo familiar só se aplicaria, no nosso entendimento, a documentos de determinadas propriedades que se transmitem, de geração para geração, a membros da mesma família, o que raramente ocorre no Brasil.” Acredita-se que as autoras fazem referência aos manuais de tratamento de arquivos familiares europeus, muitos deles pautados na experiência dos também chamados arquivos da nobreza. Devido à vasta bibliografia, destacam-se apenas algumas referências: DUCROT (1998); AGUINAGALDE (2013).

15 Ver (MENDES, 2020).

16 Além das referências e citações bibliográficas, são também inspirações a presente pesquisa as ações de instituições, equipes e pesquisadores como as de Talita Gouvêa Basso (2019) junto ao Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro; as de Juliana Amorim de Souza (2020) e sua equipe junto ao Arquivo da ABL; as de Luciane Simões Medeiros (2020), junto à Seção de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional; as de Adelina Novaes e Cruz, Carolina Alves, Daniele Chaves Amado do CPDOC / FGV. E claro, as reflexões aqui apresentadas não foram construídas sozinhas, mas graças ao diálogo com Sonia Troitiño, minha orientadora; ao apoio de Adriano de Castro Meyer, Denise de Almeida Silva, Dina Elisabete Uliana, Patrícia Godoy Gomes e Paulo José de Moura, meus colegas da equipe do Arquivo IEB – USP; Marina Mazze Cerchiaro e Roberta Paredes Valin, que, aqui nomeadas, representam tantas pesquisadoras e pesquisadores do IEB, que tornam-se amigas e amigos, mestras e mestres. Por fim, um agradecimento especial aos nossos estagiários, estagiárias e bolsistas, que me ajudam, me ensinam e deixam o trabalho do dia a dia mais leve.